STJ00093428

SUMÁRIO

PREFÁCIO XIII

RESUMO 1

1. INTRODUÇÃO 3

2. NORMA JURÍDICA, REGRA E PRINCÍPIOS 7

2.1. Palavras iniciais 7

2.2. A classificação das normas (gênero) em regras e princípios (espécies) 9

2.3. Princípios e regras: distinção no processo interpretativo 20

2.4. Normas e regras no fluxo de positivação do direito: da abstração à concretude 23

3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO 29

3.1. Nascimento da relação jurídica tributária 29

3.2. Desenvolvimento e extinção da relação jurídica tributária 39

4. RELAÇÃO JURÍDICA DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO 51

4.1. Introdução 51

4.2. Restituição, reembolso, compensação 55

5. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS 73

5.1. Cláusula pétrea 73

5.2. Legalidade 75

5.2.1 Palavras introdutórias 75

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00093428

5.2.2 Noções históricas relevantes 78
5.2.3 Legalidade e república 81
5.2.3.1 Função sistemática e significado 81
5.2.4 Legalidade e Medida Provisória 87
5.3. Segurança jurídica 89
5.4. Irretroatividade 94
5.4.1 Introdução e conteúdo 94
5.4.2 Leis interpretativas 101
5.4.3 Irretroatividade da norma tributária 110
5.4.3.1 Irretroatividade das normas administrativas 116
5.4.3.2 Irretroatividade das normas judiciais ... 126
5.4.3.3 Compatibilização de enunciados: art. 100, parágrafo único, art. 146 e art. 103, do CTN 129
5.5. Anterioridade 132
5.6. Isonomia, livre-concorrência e capacidade contributiva 141
6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 155
6.1. Introdução 155
6.2. Controle preventivo e controle repressivo (judicial) ... 158
6.2.1 Controle judicial (repressivo) e suas espécies: difuso e concentrado 160
6.2.1.1 Controle difuso 161
6.2.1.2 Controle concentrado 166
6.2.1.3 Aproximação dos modelos 168
6.3. Controle de constitucionalidade no Brasil 171
6.3.1 Breve histórico 171
6.3.2 A Constituição de 1988 174
7. DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO CONTROLE DIFUSO 183
7.1. Introdução 183
7.2. Repercussão Geral 185
7.3. Resolução do Senado 189

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00093428

7.4. Súmula Vinculante 193
7.5. Positivação específica no processo administrativo fiscal 195

8. DECISÕES PROFERIDAS NO CONTROLE CONCENTRADO 199
8.1. Controle Concentrado (ADIN e ADC) 199
8.1.1. Efeitos *erga omnes* (contra todos) e vinculante. 205
8.1.2. Efeitos *ex nunc* e *ex tunc* 208
8.1.3. Positivação própria do sistema tributário acerca da eficácia *ex nunc* 218
8.1.4. Precedentes do STF e critérios utilizados na modulação de efeitos, em matéria tributária 220
8.2. Ação declaratória de constitucionalidade, decisão cautelar e seus reflexos nas relações jurídicas de crédito tributário 242
8.3. Ação declaratória de constitucionalidade, decisão cautelar e seus reflexos nas relações jurídicas de indébito tributário e obrigações tributárias vincendas 249
8.4. Ação direta de inconstitucionalidade, decisão cautelar e seus reflexos nas relações jurídicas de crédito tributário 250
8.5. Ação direta de inconstitucionalidade, decisão cautelar, e seus reflexos nas relações jurídicas de indébito tributário e obrigações tributárias vincendas 257
8.6. Decisão definitiva do STF de constitucionalidade e seus reflexos nas relações jurídicas de crédito tributário e indébito tributário 261
8.7. Decisão definitiva do STF de inconstitucionalidade e seus reflexos nas relações jurídicas de crédito tributário e indébito tributário 278
8.8. Parecer PGFN/CRJ n. 492/2011 286

9. CONCLUSÕES 289

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 311

JURISPRUDÊNCIA 323

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

STJ00093428

ANEXOS 329
ANEXO 1. Esquema I 329
ANEXO 2. Esquema II 330
ANEXO 3. Esquema III 331
ANEXO 4. Esquema IV 333
ANEXO 5. Esquema V 334
ANEXO 6. Esquema VI 335
ANEXO 7. Esquema VII 336

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br